

## 1. Constituição, objetivo e contexto operacional

A **Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo**, está vinculada à Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo (SEMIL), com Sede na Avenida Professor Frederico Hermann Junior, nº 345 – Prédio 12 – 1º andar – CEP 05459-010, São Paulo, SP, inscrita no CNPJ sob o nº 56.825.110/0001-47 e Inscrição Estadual nº 111.796.293.112, instituída pela Lei Estadual nº 5.208, de 01.07.1986, e seus Estatutos aprovados pelo Decreto Estadual nº 25.952, de 29.09.1986, com o objetivo de contribuir para a conservação, manejo e ampliação das florestas de produção e de preservação permanente, pertencentes ou possuídas pelo patrimônio do Estado, bem como subsidiar a pesquisa pertinente.

Em razão do Sistema Estadual de Florestas (SIEFLOR), instituído pelo Decreto nº 51.453/2006 e alterado pelos Decretos nºs 54.079/2009 e 65.274/2020, a Fundação Florestal vem exercendo a gestão das atuais 152 áreas no estado de São Paulo, sendo: 120 Unidades de Conservação (67 de Proteção Integral e 53 de Uso Sustentável) e 32 Áreas de Produção Florestal e demais Áreas Protegidas.

Objetivando o alcance de seus objetivos, a Fundação Florestal conta com recursos financeiros oriundos do Tesouro do Estado, da arrecadação de recursos próprios, decorrentes da exploração racional de produtos e subprodutos florestais - venda de madeira e resina, da venda de ingressos e da prestação de serviços de hospedagens em unidades de conservação, da cessão de espaços físicos para antenas, linhões de transmissão, lojas, restaurantes, eventos e captação de imagens em unidades de conservação, além da concessão de áreas de uso público, em parques estaduais, para exploração pelo setor privado e, por fim, de recursos de compensações ambientais, oriundos da Câmara de Compensação Ambiental (CCA) da SEMIL e de Convênios, Termos de Compromisso e de Compensação Ambiental (TCCAs) e outros instrumentos.

## 2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis compostas pelo Balanço Orçamentário, Anexo I - Execução de Restos a Pagar Não Processados e Anexo II - Execução de Restos a Pagar Processados, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes, Quadro das Contas de Compensação, Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, foram elaboradas em conformidade com a legislação abaixo, entre outros dispositivos normativos:

- Lei nº 4.320, de 17.03.1964, que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- Lei Complementar nº 101, de 05.05.2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal (Lei de Responsabilidade Fiscal);
- Decreto nº 40.566, de 21.12.1995, que dispõe sobre a implantação no Estado de São Paulo do Sistema Integrado de Administração Financeira para os Estados e Municípios (SIAFEM), que registra todos os atos relativos à movimentação orçamentária, financeira, patrimonial e contábil; e



- Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Aplicada ao Setor Público:  
NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis,  
NBC TSP 12 – Demonstração dos Fluxos de Caixa; e  
NBC TSP 13 – Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis.

As principais práticas contábeis adotadas foram estruturadas e organizadas com base no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP 9ª Edição (efeitos aplicados a partir do exercício de 2022), que define a estrutura básica da escrituração contábil, formada por uma relação padronizada de contas contábeis, que permite o registro contábil dos atos e fatos relativos ao controle de execução orçamentária, financeira, patrimonial, praticados pelos órgãos e entidades, de maneira padronizada e sistematizada, bem como a elaboração de relatórios gerenciais e demonstrações contábeis, de acordo com as necessidades de informações dos usuários.

A Fundação Florestal registra todas as suas operações no SIAFEM, que é o sistema contábil do Estado de São Paulo, de responsabilidade da Contadoria Geral do Estado da Secretaria de Planejamento e da Fazenda do Estado de São Paulo, sob o regime de competência, que consiste no reconhecimento das receitas e despesas no momento do fato gerador independentemente do recebimento e do pagamento.

As informações constantes das demonstrações contábeis, do exercício findo em 31.12.2023, foram extraídas do SIAFEM e do Sistema de Informações Gerenciais da Execução Orçamentária (SIGEO) e concluídas pela Administração em 14.08.2024.

A Fundação Florestal segue as normativas emanadas pela Contadoria Geral do Estado e as adequações promovidas no Sistema SIAFEM para o cumprimento das normas estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

### 3. Balanco Orçamentário

O Balanço Orçamentário demonstra as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação, bem como as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação, observada as disposições do artigo 102 da Lei nº 4.320/64, apurando-se o déficit ou superávit.

Os Balanços Orçamentários de Órgãos e Entidades podem apresentar déficit orçamentário, pois, alguns deles não são agentes arrecadadores e executam despesas orçamentárias para prestação de serviços públicos e realização de investimentos, sendo dependentes de recursos do Tesouro, como é o caso da Fundação Florestal.

A NBC TSP 13 que trata sobre a Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis e exige a comparação dos valores orçados com os valores realizados decorrentes da execução do orçamento deve ser incluída nas demonstrações contábeis das entidades que publicam seu orçamento aprovado, obrigatória ou voluntariamente, para fins de cumprimento das obrigações de prestação de contas e responsabilização das entidades do setor público.



### 3.1. Demonstração da Receita Realizada

DISCRIMINAÇÃO	Valor em R\$
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>119.448.129,40</b>
<b>RECEITA PATRIMONIAL</b>	<b>8.979.909,58</b>
<b>Receitas Imobiliárias:</b>	<b>1.831.869,94</b>
Atividades de gestão das unidades de conservação com a locação de cessão de espaço físico para antenas, linhões, captação de imagens, eventos e lojas e restaurantes;	1.831.869,94
<b>Receitas de Valores Imobiliários:</b>	<b>7.148.039,64</b>
Rendimentos de aplicação financeira de recursos próprios da Fundação, Convênios, Câmara Compensação Ambiental e do Programa Serra do Mar	7.018.774,58
Outorga por concessão da área de uso público de Parques Estaduais	129.265,06
<b>RECEITA AGROPECUÁRIA</b>	<b>48.249.675,89</b>
<b>Receita da Produção Vegetal do Estado:</b>	<b>48.249.675,89</b>
Venda de madeira e resina	48.249.675,89
<b>RECEITA DE SERVIÇOS</b>	<b>52.817.481,40</b>
Serviços na gestão das unidades de conservação com ingressos, hospedagem, camping, parecer técnico e outras	1.549.104,80
Compensações Ambientais, decorrentes de Convênios, TCCAs e outros	11.194.723,80
Receita Intraorçamentária de Custeio da CCA	40.073.652,80
<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>	<b>1.093.600,00</b>
Demais Transferências de Outras Instituições Públicas	1.093.600,00
<b>OUTRAS RECEITAS CORRENTES</b>	<b>8.307.462,53</b>
Indenizações de Compensações Ambientais e Restituições de assist. médica	8.175.616,36
Receitas Correntes Diversas (reembolso de energia, honorários de sucumbência e indenização de sinistro de veículo)	131.846,17
<b>RECEITA DE CAPITAL:</b>	<b>732.242,83</b>
Receita Intraorçamentária de Investimentos da CCA	732.242,83
<b>TOTAL DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>120.180.372,23</b>
<b>TOTAL DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>169.767.127,97</b>
<b>DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO</b>	<b>-49.586.755,74</b>

3

Pág. 3 de 31 - Documento assinado digitalmente por ISAIAS JOSE DE OLIVEIRA FILHO, MARIO DO AMARAL ALVES, RODRIGO LEVKOVICZ. Para conferência, acesse o site <https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/conferenciaDocumentos> e informe o processo FF.007390/2022-19 e o código 1PP9LU17.



RECEITAS (em R\$ 1)	NE	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo	
<b>RECEITAS CORRENTES</b>		<b>133.157.122</b>	<b>119.448.129</b>	<b>-13.708.993</b>	<b>-10%</b>
Receita Patrimonial	3.1.1.	5.935.272	8.979.910	3.044.638	51%
Receita Agropecuária	3.1.2.	53.200.937	48.249.676	-4.951.261	-9%
Receita de Serviços	3.1.3.	72.457.433	52.817.481	-19.639.952	-27%
Transferências Correntes	3.1.4.	1.517.498	1.093.600	-423.898	-28%
Outras Receitas Correntes	3.1.5.	45.982	8.307.462	8.261.480	17967%
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>		<b>20</b>	<b>732.243</b>	<b>732.223</b>	<b>3661115%</b>
Transf. Intraorçamentária	3.1.6.	20	732.243	732.223	3661115%
<b>TOTAL</b>		<b>133.157.142</b>	<b>120.180.372</b>	<b>-12.976.770</b>	<b>-10%</b>

Apresentamos as justificativas das variações ocorridas, por tipo de receita, que resultaram no déficit de R\$ 13 milhões, equivalente a -10%, entre as Receitas Realizadas de R\$ 120,2 milhões e a Previsão Atualizada de 133,2 milhões, como segue:

3.1.1. Receita Patrimonial: superávit de R\$ 3.044.638 (51% maior que a previsão):

O maior volume desse superávit (95,3%), decorre dos rendimentos de aplicação financeira obtidos sobre os recursos próprios da Fundação Florestal, de Convênios, da Câmara Compensação Ambiental (CCA) e do Programa de Recuperação da Serra do Mar; e o saldo da outorga pela concessão da área de uso público do Parque Estadual de Campos do Jordão;

3.1.2. Receita Agropecuária: déficit de R\$ 4.951.261 (-9% menor que a previsão)

A redução na arrecadação se deu por força na queda do preço do quilo da resina, divulgado pela Associação dos Resinadores do Brasil (ARESB) que é aplicado nos contratos de venda, formalizados por esta Fundação, para os cálculos das parcelas mensais, sendo que o valor médio mensal do quilo da resina, previsto na proposta orçamentária do exercício de 2023, era de R\$ 5,50, enquanto que o valor médio mensal no exercício foi de R\$ 3,40, que representou a redução de 62% entre o valor médio previsto e o realizado. Desta forma, além da redução nas despesas, houve o incremento nas vendas de madeira para equilibrarmos as receitas e despesas do exercício de 2023;

3.1.3. Receita de Serviços: déficit de R\$ 19.639.952 (-27% menor que a previsão)

a. Houve a redução de R\$ 10.853.054 nas transferências de recursos financeiros da Câmara de Compensação Ambiental (CCA) para a Fundação Florestal, em razão das atividades dos planos de trabalho não terem sido executadas na forma planejada, exigindo o menor aporte de recursos pela CCA; e



- b. Por um lapso operacional, lançamos os valores dos Termos de Compromisso de Compensação Ambiental (TCCA), celebrados com a AutoBAN, ECOVIAS e DAEE, indevidamente como previsão da receita para o exercício, visto que tais recursos são objeto de superávit financeiro; também, efetuamos o lançamento da receita realizada no valor de R\$ 417.488, que estava prevista como Transferências Correntes, que gerou a realização a menor de R\$ 8.786.898.

3.1.4. Transferências Correntes: déficit de R\$ 423.898 (-28% menor que a previsão)  
Basicamente, se deve a previsão da receita da Braskem, no valor de R\$ 417.488, porém, sua contabilização ocorreu na rubrica de Receitas de Serviços.

3.1.5. Outras Receitas Correntes: superávit de R\$ 8.261.480:

- a. R\$ 8.000.000 valor recebido da Prefeitura Municipal de Ilha Bela, mediante Termo de Ajuste de Conduta (TAC) celebrado entre o Ministério Público de São Paulo, Município de Ilhabela e a Fundação Florestal, referente a dano ambiental causado pela Prefeitura durante a manutenção da Estrada Parque de Castelhanos, em Ilhabela, SP; e
- b. Outras indenizações e ou restituições, decorrentes de compensação ambiental, sinistros de veículos, de energia elétrica, de assistência médica e honorários de sucumbência.

3.1.6. Receita de Capital – R\$ 732.243:

Recebimento de recursos da Câmara de Compensação Ambiental (CCA), destinados à aplicação em obras de adequação de estruturas na Florestal Estadual (FEENA).

5

### 3.2. Despesas Orçamentárias:

DESPESA	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada		Saldo
Pessoal	41.901.300	44.001.188	42.352.804	96%	1.648.384
Custeio	131.225.343	137.027.055	125.194.811	91%	11.832.244
Investimentos	1.845.030	3.642.167	2.219.513	61%	1.422.654
<b>TOTAL</b>	<b>174.971.673</b>	<b>184.670.410</b>	<b>169.767.128</b>	<b>92%</b>	<b>14.903.282</b>

Diante do controle de acompanhamento da execução das despesas frente ao seu planejamento, a economia orçamentária de R\$ 14.903.282,03 – equivalente a 8% da dotação atualizada, se deu em razão dos ajustes necessários nos cronogramas das atividades que, por motivos operacionais, não se realizaram dentro do exercício corrente e foram postergadas para o exercício de 2024.

**Demonstração das Despesas Empenhadas**

<b>DESPESAS POR CATEGORIA DE GASTO E GRUPO</b>	<b>VALOR em R\$</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>167.547.615</b>
<b>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</b>	<b>42.352.804</b>
Folha	32.394.967
Encargos	9.655.979
Indenizações	301.858
<b>OUTRAS DESPESAS CORRENTES – CUSTEIO</b>	<b>125.194.811</b>
Vigilância	35.118.295
Serviços Terceiros	20.896.548
Monitoria	14.036.109
Portaria	12.554.537
Benefícios	7.764.456
Bombeiro Civil	7.542.062
Limpeza	5.796.526
Indenizações/Restituições	4.924.456
Manutenção de Veículos e Equipamentos	4.577.415
Utilidade Pública	2.811.277
Combustíveis	2.492.821
Manutenção Predial	1.843.645
Manutenção de Áreas Verdes	1.492.562
Transportes	1.477.979
Material Consumo	1.403.141
Diárias	462.982
<b>DESPESAS DE CAPITAL – INVESTIMENTOS</b>	<b>2.219.513</b>
Obras	1.662.823
Equipamentos	556.690
<b>TOTAL</b>	<b>169.767.128</b>

A seguir, destacamos os percentuais e os principais apontamentos das despesas orçamentárias empenhadas, em comparação com a dotação atualizada:

3.2.1. Pessoal – R\$ 42.352.804:

A execução das despesas com pessoal e encargos de 346 funcionários, atingindo 96% da dotação atualizada;

3.2.2. Custeio – R\$ 125.194.811:

As despesas com vigilância, portaria, limpeza, monitoria, manutenção de áreas verdes, bombeiros civis, manutenções prediais, de veículos e equipamentos, materiais de consumo, combustíveis, transportes, além de diversos serviços de terceiros são imprescindíveis à gestão das 152 unidades que estão sob a

6  
Pág. 6 de 31 - Documento assinado digitalmente por ISAIAS JOSE DE OLIVEIRA FILHO, MARIO DO AMARAL ALVES, RODRIGO LEVKOVICZ. Para conferência, acesse o site <https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/conferenciaDocumentos> e informe o processo FF.007390/2022-19 e o código 1PP9LU17.



administração da Fundação Florestal, envolvendo: 34 Parques Estaduais, 26 Estações Ecológicas, 3 Monumentos Naturais, 2 Reservas Biológicas, 2 Refúgios de Vida Silvestre, 33 Áreas de Proteção Ambiental, 7 Reservas de Desenvolvimento Sustentável, 6 Florestas Estaduais, 5 Áreas de Relevante Interesse Ecológico, 2 Reservas Extrativistas, 18 Estações Experimentais, 11 Florestas, 2 Viveiros Florestais e 1 Horto Florestal, que resultaram na execução de 91% da dotação disponível; e

3.2.3. Investimentos – R\$ 2.219.513:

A execução de obras de construção do Centro Cultural na Aldeia Renascer, em Ubatuba; de três moradias/casas elevadas na Aldeia Paranapuã, em São Vicente; e de adequação nas estruturas da Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade (FEENA), no total de R\$ 1,7 milhão e aquisições de um trator e diversos equipamentos, no total de \$ 557 mil, permitiram a execução orçamentária de 61% da dotação disponível.

3.2.4. Total – R\$ 169.767.128:

Resumidamente, a execução das despesas orçamentárias no total de R\$ 169,8 milhões, equivalente a 92% da dotação disponível de R\$ 184,7 milhões, demonstra o alinhamento das despesas realizadas frente ao planejamento anual das atividades e projetos da Fundação Florestal.

**Despesas Empenhadas por Grupo e Fontes de Recursos:**

Grupo de Despesa	Fontes de Recursos			Total
	Tesouro	Rec. Próprios	Op. Crédito	
1. Pessoal	37.774.219	4.578.585	-	<b>42.352.804</b>
3. Custeio	13.838.377	108.627.621	2.728.813	<b>125.194.811</b>
4. Investimento	550.685	1.668.828	-	<b>2.219.513</b>
<b>Total</b>	<b>52.163.281</b>	<b>114.875.034</b>	<b>2.728.813</b>	<b>169.767.128</b>

**3.3. Déficit Orçamentário**

Descrição	Valor
(+) Receitas Arrecadadas - Balanço Orçamentário	120.180.372,23
(-) Despesas empenhadas com Rec. Próprios da FF e de Comp. Ambientais	-114.875.033,69
(=) Saldo de Recursos Próprios e de Compensações Ambientais	5.305.338,54
(-) Despesas empenhadas com recursos do Tesouro do Estado	-52.163.280,79
(-) Despesas empenhadas com recursos do saldo de Operações de Crédito	-2.728.813,49
<b>(=) Déficit Orçamentário</b>	<b>-49.586.755,74</b>

Assim, as transferências financeiras repassadas pelo Tesouro do Estado à Fundação Florestal, não constam na LOA como receita desta Fundação para não existir duplicidade de receita, conforme preceitua a Lei Complementar nº 101/2000.

Neste sentido, os recursos do Tesouro do Estado estão consignados somente na despesa contemplada na Lei Orçamentária (LOA), gerando o desequilíbrio (déficit) orçamentário, entretanto, essa condição, não representa qualquer irregularidade, conforme a Portaria nº 339/2001 – MF/STN e § 1º do artigo nº 50, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Da mesma forma, se comportam os recursos de Operação de Crédito que não constam no quadro de Receitas desta Fundação na Lei Orçamentária. Sendo que apenas os recursos financeiros de rendimentos de aplicações financeiras do exercício são contabilizados como receita arrecadada no ano.

Em resumo, o déficit apontado no Balanço Orçamentário é composto pelo saldo de recursos próprios, bem como dos recursos nas fontes Tesouro e Operações de Crédito (saldo remanescente do Programa Serra do Mar/BID) que não estão contemplados no quadro de Receita dos Órgãos da Administração Indireta da Lei Orçamentária Anual (LOA).

Cabe destacar que, financeiramente, a Fundação Florestal não realiza nenhuma despesa sem o devido empenho/respaldo orçamentário, seja com recursos próprios, de operações de crédito e/ou do Tesouro Estadual.

A seguir, demonstramos o déficit orçamentário de R\$ 49.586.755,74, com informações extraídas do Sistema de Informações Gerenciais da Execução Orçamentária - SIGEO/SIAFEM, o qual se encontra em conformidade com o Balanço Orçamentário e os Anexos 1 e 2 de Execução de Restos a Pagar Não Processados e Processados, respectivamente.

Legenda	A	B	C=A-B	D	E	F=D+E	G=D-B	H= A-D	I= G+H
Fontes de Recursos	Receitas Realizadas	Despesas Empenhadas	Déficit Orçamentário	Despesas Pagas de 2023	Despesas Pagas de RP de 2022	Total de Despesas Pagas em 2023	Inscrição de Despesas em RP em 2023	Receitas (-) Despesas Pagas de 2023	Déficit Orçamentário
Tesouro	-	52.163.280,79	(52.163.280,79)	49.484.876,35	2.505.106,05	51.989.982,40	(2.678.404,44)	(49.484.876,35)	(52.163.280,79)
Rec. Próprios	120.180.372,23	114.875.033,69	5.305.338,54	98.006.113,22	22.114.932,53	120.121.045,75	(16.868.920,47)	22.174.259,01	5.305.338,54
Oper. Crédito		2.728.813,49	(2.728.813,49)	2.728.813,49	358.653,25	3.087.466,74	-	(2.728.813,49)	(2.728.813,49)
<b>Total</b>	<b>120.180.372,23</b>	<b>169.767.127,97</b>	<b>(49.586.755,74)</b>	<b>150.219.803,06</b>	<b>24.978.691,83</b>	<b>175.198.494,89</b>	<b>(19.547.324,91)</b>	<b>(30.039.430,83)</b>	<b>(49.586.755,74)</b>

### 3.4. Restos a Pagar

Apresentamos as **Despesas do Balanço Orçamentário**:

Legenda	A	B	C	D	E = A - B
DESPESAS	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo
Pessoal	44.001.188,00	42.352.803,99	42.352.803,99	41.527.702,62	1.648.384,01
Custeio	137.027.055,00	125.194.811,01	124.712.975,56	106.859.723,61	11.832.243,99
Investimentos	3.642.157,00	2.219.512,97	2.219.512,97	1.832.376,83	1.422.644,03
Inv. Financeiras	10,00	0,00	0,00	0,00	10,00
<b>Total</b>	<b>184.670.410,00</b>	<b>169.767.127,97</b>	<b>169.285.292,52</b>	<b>150.219.803,06</b>	<b>14.903.282,03</b>



A partir das despesas demonstradas, evidenciamos o total das **despesas inscritas em Restos a Pagar** em 31.12.2023, como segue:

Despesas	Empenhadas	Liquidadas	Emp (-) Liq
Pessoal	42.352.803,99	42.352.803,99	-
Custeio	125.194.811,01	124.712.975,56	481.835,45
Investimentos	2.219.512,97	2.219.512,97	-
<b>Total de Restos a Pagar Não Processados</b>	<b>169.767.127,97</b>	<b>169.285.292,52</b>	<b>481.835,45</b>

Despesas	Liquidadas	Pagas	Liq (-) Pagas
Pessoal	42.352.803,99	41.527.702,62	825.101,37
Custeio	124.712.975,56	106.859.723,61	17.853.251,95
Investimentos	2.219.512,97	1.832.376,83	387.136,14
<b>Total de Restos a Pagar Processados</b>	<b>169.285.292,52</b>	<b>150.219.803,06</b>	<b>19.065.489,46</b>

Despesas	Empenhadas	Liquidadas	Pagas	Total
RP Não Processados	169.767.127,97	169.285.292,52	-	481.835,45
RP Processados	-	169.285.292,52	150.219.803,06	19.065.489,46
<b>Total de Restos a Pagar</b>				<b>19.547.324,91</b>

### 3.5. Anexos 1 e 2 do Balanço Orçamentário

As despesas inscritas em **Restos a Pagar Não Processados e/ou Processados**, respectivamente, constantes dos Anexos 1 e 2 do Balanço Orçamentário, foram contabilizadas de acordo com a categoria de gasto (pessoal, custeio ou investimentos) e a disponibilidade financeira necessária à sua efetiva cobertura, como consta da posição em 31.12.2023, contendo:

Legenda	A	B	C	D	E=A+B-C-D
Restos a Pagar (Anexos)	Inscritos de 2017 a 2021	Inscritos em 2022	Pagos em 2023	Cancelados em 2023	Saldo em 31.12.2023
<b>1. RP Não Processados</b>	-	<b>817.907,80</b>	<b>714.469,89</b>	<b>103.437,91</b>	-
Custeio	-	342.608,80	239.170,89	103.437,91	-
Investimentos	-	475.299,00	475.299,00	-	-
<b>2. RP Processado</b>	<b>137.082,94</b>	<b>24.264.221,94</b>	<b>24.264.221,94</b>	<b>47.746,88</b>	<b>89.336,06</b>
Pessoal	-	827.181,98	827.181,98	-	-
Custeio	137.082,94	20.354.313,66	20.354.313,66	47.746,88	89.336,06
Investimentos	-	3.082.726,30	3.082.726,30	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>137.082,94</b>	<b>25.082.129,74</b>	<b>24.978.691,83</b>	<b>151.184,79</b>	<b>89.336,06</b>
2.017	47.746,88	-	-	47.746,88	-
2.018	14.413,34	-	-	-	14.413,34
2.019	34.028,57	-	-	-	34.028,57
2.021	40.894,15	-	-	-	40.894,15
2.022	-	25.082.129,74	24.978.691,83	103.437,91	-

3.5.1. Justificamos o cancelamento de **Restos a Pagar Não Processados (RPNP)**, das despesas estimadas de utilidade pública, visto que o consumo do mês não ocorreu na totalidade do valor estimado, sendo necessário o cancelamento dos saldos não utilizados de R\$ 103.437,91, falta de materialidade para sua manutenção:

<b>Conta 531.270.101 Fornecedores, alugueis e outras obrigações</b>	<b>R\$</b>
Cia. Saneamento Básico do Estado São Paulo - Sabesp	18,31
Claro S.A.	38,25
Cooperativa Eletrificação e Des. Rural do Alto Paraíba	128,89
Cooperativa de Eletrificação E	85,48
DAAE Araraquara Departamento Aut. de Água e Esgoto	2.925,32
Secretaria de Água e Esgoto de Ribeirão Preto	557,93
Elektro Redes S.A.	6.590,68
Algar Telecom S.A.	167,11
Telefonica Brasil S.A.	71.137,63
Energia Sul Sudeste	1.206,46
Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL	3.390,41
Cooperativa Eletric. Rural Itai-Paranapanema-Avaré	572,57
Companhia Piratininga de Força e Luz	427,03
EDP São Paulo Distribuição de Energia S.A.	18,71
Companhia Jaguari de Energia	1.573,10
Prefeitura Municipal de Itirapina	300,47
DAAE Rio Claro Departamento Aut. de Água	10.781,05
SAEMAN - Superintendência de Água e Esgoto	105,95
SAMAE - Mogi Guaçu-SP	27,78
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo	3.384,78
<b>Total</b>	<b>103.437,91</b>

3.5.2. Justificamos o cancelamento automático de **Restos a Pagar Processados**, pelo Sistema SIAFEM, no total de R\$ 47.746,88, por prescrição em 5 anos, nos termos do artigo 206, parágrafo 5º, inciso I do Código Civil - Lei nº 10.406/2002 e do artigo 10, parágrafo 2º do Decreto nº 68.187/23, de Encerramento da Execução Orçamentária do Exercício de 2023.

<b>Conta 532.270.201 Fornecedores, alugueis e outras obrigações</b>	<b>R\$</b>
CIMCORP – Com. Internacional e Informática S.A.	37.134,33
José Julio Mancebo Gas - ME	4.640,00
TI-SIGMA Comércio, Serviços de Manut em Computadores	5.972,55
<b>Total</b>	<b>47.746,88</b>

### 3.6. Informações Adicionais

#### 3.6.1. Adiantamentos:

A fim de atender integralmente a legislação, a partir do exercício de 2023, a Fundação Florestal adotou a prática de liberações de recursos para o pagamento das despesas de adiantamento, preferencialmente, por meio do cartão eletrônico liberado pelo Banco do Brasil S.A. para todos os itens de despesa.

Acrescentamos que, em razão do tempo hábil de 10 a 15 dias para o Banco do Brasil confeccionar e disponibilizar o cartão eletrônico, em casos emergenciais e excepcionais e devidamente justificados, a Fundação Florestal efetuou a liberação de recursos financeiros em contas bancárias para o pagamento das despesas por cheque.

Desta forma, no exercício de 2023, efetuamos a liberação de recursos financeiros para adiantamentos, no total de R\$ 116.716,77, sendo: R\$ 100.095,63 por cartão e R\$ 16.621,14 por cheque, envolvendo 281 processos, dos quais: 254 (90,4%) por cartão eletrônico e 27 (9,6%) por cheque para os casos emergenciais que não poderiam aguardar o prazo de 10 a 15 dias para entrega do cartão.

#### 3.6.2. Devolução de rendimentos financeiros ao Fundo Especial de Despesa para a Preservação da Biodiversidade e dos Recursos Naturais – FPBRN, da Câmara de Compensação Ambiental (CCA) da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística:

Destacamos que a execução dos recursos de compensações ambientais, ocorre nos termos do Decreto Estadual nº 65.486, de 21.01.2021, que regulamentou os procedimentos relativos à compensação ambiental de que trata o artigo 36 da Lei Federal nº 9.985, de 18.07.2000, no âmbito do licenciamento ambiental de competência do Estado de São Paulo, dispõe sobre a Câmara de Compensação Ambiental e dá providências correlatas, bem como do Decreto Federal nº 4.340, de 22.08.2002, que regulamentou artigos da referida Lei, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

Destacamos, ainda, que na Ata da 89ª Reunião da CCA/SIMA, realizada em 21.12.2017, consta a deliberação para que as transferências de recursos financeiros do FPBRN à Fundação Florestal, decorrentes de planos de trabalho aprovados pela CCA, ocorram de acordo com o cronograma de pagamento das despesas efetivadas, ou seja, somente após a efetivação da contratação do serviço e/ou da aquisição do bem, mediante sua comprovação por meio de Nota de Empenho, nos termos do § 2º do artigo 9º do Decreto nº 65.486/21.

Essa deliberação objetivou a eliminação das devoluções de sobras de recursos financeiros em contas bancárias desta Fundação, por economia nos processos licitatórios e/ou cancelamentos de planos de trabalhos, bem como para a melhor gestão dos recursos financeiros disponíveis de compensações ambientais depositados no FPBRN.

Por fim, na Ata da 104ª Reunião da CCA/SIMA, realizada em 23.11.21, consta que as devoluções de recursos de pequena monta, decorrentes de rendimentos de aplicações financeiras apurados entre a data de transferência do FPBRN à Fundação Florestal e a data do efetivo pagamento ao fornecedor, bem como devolução de recursos financeiros,

em casos excepcionais, fazem parte do processo de liberação, utilização e prestação de contas dos recursos aprovados pela CCA.

Nessas condições, no exercício de 2023, a Fundação Florestal procedeu a devolução de rendimentos financeiros ao Fundo Especial de Despesa FPBRN, da CCA/SEMIL, no valor de R\$ 9.577,71, relativos a rendimentos de aplicações financeiras, apurados entre a data da transferência de recursos financeiros do FPBRN à Fundação Florestal (dias antes do vencimento) e a data do efetivo pagamento ao fornecedor, como segue:

Devolução de Rendimentos Financeiros ao FPBRN/CCA	Em R\$
Rendimentos de aplicações financeiras gerados no exercício de 2022, apurados como superávit financeiro e devolvidos à CCA no exercício de 2023, por Nota de Empenho (NE), relativo a quatro projetos.	4.111,63
Rendimentos de aplicações financeiras do exercício de 2023 e devolvidos à CCA no próprio exercício, por Nota de Lançamento (NL), relativo a quatorze projetos.	5.466,08
<b>Total – envolvendo 18 projetos</b>	<b>9.577,71</b>

### 3.6.3. Execução Orçamentária 2023 – Quadro para o TCE B.1.1. Orçamento: Autorização e Execução

Receitas	Previsão	Realizado	AH%	AV%
Receitas Correntes	133.157.122,00	119.448.129,40	-10,30%	99,39%
Receitas de Capital	20,00	732.242,83	3661114%	0,61%
<b>Total</b>	<b>133.157.142,00</b>	<b>120.180.372,23</b>	<b>-9,75%</b>	<b>100,00%</b>
<b>Déficit <sup>1</sup></b>		<b>(12.976.769,77)</b>	<b>-9,75%</b>	<b>-10,80%</b>

<sup>1</sup> As justificativas para o Déficit da Receita de R\$ 12.976.769,77, estão apresentadas no item 3.1. Demonstração da Receita Realizada, especialmente, nos subitens 3.1.1. a 3.1.6.

Despesas Empenhadas	Fixação Final	Execução	AH%	AV%
Despesas Correntes	181.028.243,00	167.547.615,00	-7,45%	98,69%
Despesas de Capital	3.642.167,00	2.219.512,97	-39,06%	1,31%
<b>Total</b>	<b>184.670.410,00</b>	<b>169.767.127,97</b>	<b>-8,07%</b>	<b>100,00%</b>
<b>Economia Orçamentária <sup>2</sup></b>		<b>14.903.282,03</b>	<b>-8,07%</b>	<b>8,78%</b>
<b>Resultado Execução Orçamentária – Déficit <sup>3</sup></b>		<b>(49.586.755,74)</b>	<b>-41,26%</b>	

<sup>2</sup> e <sup>3</sup> As justificativas para a Economia Orçamentária de R\$ 14.903.282,03 e para o Resultado da Execução Orçamentária - Déficit de R\$ 49.586.755,74, estão apresentadas no item 3.2. Despesas Orçamentárias e subitens 3.2.1. a 3.2.4. e 3.3. Déficit Orçamentário.

Resultado do Exercício			
01 Receita Realizada	120.180.372,23	0,13%	
02 Resultado da Execução Orçamentária	(49.586.755,74)	-41,26%	02/01
03 Transferências financeiras do Poder Executivo	52.213.125,44	43,45%	03/01
04 Resultado Final: 02 + 03	2.626.369,70	2,19%	04/01

#### 4. Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro demonstra as Receitas e Despesas Orçamentárias, as Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas, os Recebimentos e Pagamentos Extraorçamentários, conjugados com os Saldos de Caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

##### 4.1. Receitas e Despesas Orçamentárias

As receitas orçamentárias realizadas totalizaram R\$ 120.180.372,23, enquanto que as despesas orçamentárias importaram em R\$ 169.767.127,97, cuja aplicação dos recursos é definida em lei, de acordo com sua origem, e estão apresentadas nos quadros do Balanço Orçamentário.

##### 4.2. Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas

As transferências financeiras recebidas e concedidas, refletem as movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da administração direta e indireta, destinadas ao custeio de despesas correntes, investimentos em infraestrutura, programas específicos ou outros fins estabelecidos pelo ente concedente.

As transferências financeiras efetuadas em cumprimento à execução do Orçamento são as cotas, repasses e sub-repasses e aquelas que não se relacionam com o Orçamento em geral decorrem da transferência de recursos relativos aos restos a pagar.

Habitualmente, se referem às transferências financeiras do Tesouro do Estado à Fundação Florestal; entretanto, neste exercício, essas transferências estão alocadas no item 4.3. Recebimentos Extraorçamentários – a seguir.

##### 4.3. Recebimentos e Pagamentos Extraorçamentários

**Recebimentos Extraorçamentários:** compreendem os ingressos não previstos no orçamento, tais como:

- a. Inscrição de restos a pagar não processados e processados; e
- b. Variação Extraorçamentária – Anexo 13, que consiste nas Transferências Financeiras Recebidas Independente da Execução Orçamentária, as quais são compensadas pelas Transferências Financeiras Concedidas para a Execução Orçamentária, além dos ingressos e dispêndios de recursos relativos a consignações em folha de pagamento, fianças, cauções, dentre outros.

Preliminarmente, apresentamos o Resumo do Anexo 13, com as Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas, que resultam nas transferências de recursos financeiros do Tesouro do Estado à Fundação Florestal:

<b>Resumo do Anexo 13 do Balanço Financeiro</b>	
<b>Transferências Financeiras Recebidas (Ingressos)</b>	<b>459.225.242,97</b>
499.920.101 – Correspondência de Débitos Internos	459.225.242,97
UGE 261101 – FF	202.678.634,24
UGE 261181 – FF Tesouro	47.998.947,68
UGE 261184 – FF Recursos Próprios e demais fontes	205.258.983,02
UGE 261102 – Serra do Mar/BID	3.103.955,47
UGE 261194 – Serra do Mar/Fonte 7	184.722,56
<b>Transferências Financeiras Concedidas (Dispêndios)</b>	<b>-407.269.387,85</b>
399.920.101 – Correspondência de Débitos Internos	-407.269.387,85
UGE 261101 – FF	-151.019.386,99
UGE 261181 – FF Tesouro	-47.998.947,68
UGE 261184 – FF Recursos Próprios e demais fontes	-204.962.375,15
UGE 261102 – Serra do Mar/BID	-184.490,60
UGE 261194 – Serra do Mar/Fonte 7	-3.104.187,43
<b>Total das Transferências Financeiras do Tesouro à FF</b>	<b>51.955.855,12</b>

<b>Recebimentos Extraorçamentários</b>	<b>R\$</b>
<b>Inscrição de Restos a Pagar Não Processados</b>	<b>481.835,45</b>
Custeio	481.835,45
<b>Inscrição de Restos a Pagar Processados</b>	<b>19.065.489,46</b>
Pessoal	825.101,37
Custeio	17.853.251,95
Investimentos	387.136,14
<b>Varição Extraorçamentária – Anexo 13</b>	<b>54.748.054,94</b>
(+) Tesouro - Transferências à FF	47.989.695,76
(+) Tesouro - IRRF	4.219.406,89
(=) Tesouro - Total	52.209.102,65
(+) DREM - Arrecadada no exercício	22.265.941,91
(-) DREM - Transferida ao Tesouro	-22.208.376,46
(-) Superávit ano anterior - Transferida à SPPREV	-310.812,98
(=) Transferências Financeiras Recebidas do Tesouro	51.955.855,12
Transferências Financeiras Concedidas – baixa de depósitos judiciais	-68.631,15
Varição Extraorçamentária	2.860.830,97
<b>Total</b>	<b>74.295.379,85</b>



**Pagamentos Extraorçamentários:** compreendem os pagamentos das despesas inscritas em restos a pagar em exercícios anteriores e pagos no exercício de 2023.

<b>Pagamentos Extraorçamentários (Restos a Pagar)</b>	<b>R\$</b>
<b>Restos a Pagar Não Processados</b>	<b>714.469,89</b>
Custeio	239.170,89
Investimentos	475.299,00
<b>Restos a Pagar Processados</b>	<b>24.264.221,94</b>
Pessoal	827.181,98
Custeio	20.354.313,66
Investimentos	3.082.726,30
<b>Total</b>	<b>24.978.691,83</b>

#### 4.4. Saldos em Espécie:

Apresentamos os saldos de recursos financeiros, disponíveis em contas bancárias desta Fundação, respectivamente, em 31.12.2022 e 31.12.2023, provenientes de:

- Recursos Próprios da Fundação;
- DREM (virada do exercício);
- Câmara de Compensação Ambiental (CCA/SEMIL);
- Convênios e outros Instrumentos de Compensação Ambiental;
- Saldo remanescente do Programa Serra do Mar/BID;
- Saldo da Obra de Restauro dos Monumentos do Caminhos do Mar
- Caução ou Depósito para garantia contratual; e
- Recursos de Bloqueios e Sequestros Judiciais.

<b>Saldo em Espécie</b>	<b>Em 31.12.2022</b>	<b>Em 31.12.2023</b>	<b>Variação</b>
<b>Total</b>	<b>74.761.391,98</b>	<b>74.491.324,26</b>	<b>-270.067,72</b>
<b>Caixa e equivalentes a caixa</b>	<b>74.584.659,45</b>	<b>74.482.079,76</b>	<b>-102.579,69</b>
Recursos Próprios da FF	14.778.134,77	10.922.277,55	-3.855.857,22
DREM	19.609,96	77.582,93	57.972,97
Comp. Ambiental/CCA	8.517.293,20	9.108.550,52	591.257,32
Comp. Ambiental/Convênios	48.259.194,20	52.076.644,12	3.817.449,92
Programa Serra do Mar/BID	2.919.464,87	0,00	-2.919.464,87
Restauro – Caminhos do Mar	-	2.104.357,71	2.104.357,71
Caução	90.962,45	192.666,93	101.704,48
<b>Depósitos Restituíveis</b>	<b>176.732,53</b>	<b>9.244,50</b>	<b>-167.488,03</b>
Bloqueio Judicial	176.732,53	9.244,50	-167.488,03

## 5. Balanco Patrimonial

### 5.1. Regime de escrituração

O **Balanco Patrimonial** é a demonstração contábil que evidencia, de forma qualitativa e quantitativa, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação.

A Lei nº 4.320/1964 confere viés orçamentário ao Balanco Patrimonial ao separar o ativo e o passivo em dois grupos: Financeiro e Permanente, em função da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem.

Assim, de modo a atender às determinações legais e às normas contábeis vigentes, atualmente o Balanco Patrimonial é composto por:

- Quadro Principal do Balanco Patrimonial;
- Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes;
- Quadro das Contas de Compensação (controle); e
- Quadro do Superávit / Déficit Financeiro.

### 5.2. Quadro Principal do Balanco Patrimonial

**Ativo** compreende os recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e dos quais se espera que resultem em benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços.

ATIVO	NE	Exercício Atual
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	5.2.1.	<b>74.721.219,05</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa em 31.12.2023	5.2.1.1.	74.482.079,76
Demais Créditos a Curto Prazo (Bloqueios Judiciais)	5.2.1.2.	9.244,50
Estoques (Almoxarifado)	5.2.1.3.	229.894,79
<b>ATIVO NÃO-CIRCULANTE</b>	5.2.2.	<b>114.646.070,34</b>
Realizável a Longo Prazo		-
Depósitos Judiciais		-
Imobilizado	5.2.2.1.	114.519.060,28
Bens Móveis		59.001.819,39
Bens Imóveis		87.470.944,09
Depreciação acumulada		-31.953.703,20
Intangível	5.2.2.2.	127.010,06
Concessão Direito Uso Comunicação Software		194.809,10
Amortização acumulada		-67.799,04
<b>TOTAL</b>		<b>189.367.289,39</b>



5.2.1. **Ativo Circulante** compreende os ativos que atendam a um dos critérios: estarem disponíveis para realização imediata ou terem expectativa de realização até o término do exercício seguinte, cujos saldos disponíveis de R\$ 74.721.219,05, representam 39,5% do Ativo Total. Neste grupo, contabilizamos:

5.2.1.1. **Caixa:** recebimentos captados pela Fundação, por meio das atividades de gestão das unidades de conservação e de produção, por Convênios, Termos de Compromisso de Compensação Ambiental e outros instrumentos de Compensação Ambiental, que se encontram em contas correntes específicas e respectivas contas de aplicações financeiras, no total de R\$ 74.482.079,76;

5.2.1.2. **Demais Créditos a Curto Prazo (Bloqueios Judiciais):** ordens de restrição emanadas de decisões judiciais para garantia de dívida, no valor de R\$ 9.244,50, conforme composição a seguir; e

<b>Saldo em 31.12.2022</b>		<b>176.732,53</b>
(+) Bloqueios efetuados em 2023	6.910,44	
(-) Desbloqueios efetuados em 2023	-174.398,47	
<b>(=) Movimentação em 2023</b>		<b>-167.488,03</b>
<b>(=) Saldo em 31.12.2023</b>		<b>9.244,50</b>

5.2.1.3. **Estoques:** registrado pelo preço de aquisição e representa o estoque no Almoxarifado, em 31.12.2023, de R\$ 229.894,79.

5.2.2. **Ativo Não-Circulante** compreende os ativos realizáveis após doze meses seguintes à data das demonstrações contábeis, composto por Ativo Realizável a Longo Prazo, Imobilizado (Investimentos) e Intangível, no total de R\$ 114.646.070,34.

5.2.2.1. **Imobilizado:** compreende o total de bens patrimoniais móveis e imóveis e a depreciação e amortização acumulada:

**Bens Móveis:** a movimentação com aquisições, baixas e ajustes gerou a variação negativa no patrimônio da Fundação de R\$ 5.055.900,50, conforme quadros a seguir:

<b>Bens Móveis - Mapa de Movimentação</b>	
<b>Saldo em 31.12.2022</b>	<b>64.057.719,89</b>
(+) Aquisições no exercício	556.689,98
(+) Bens recebidos em doação	664.644,68
(-) Baixa de Bens por doação	-5.105.989,96
(-) Baixa de Bens Inservíveis doação	-634.092,31
(-) Exclusão de bens de terceiros	-348.540,00
(-) Baixa de bens por extravio	-167.804,24
(-) Baixa de bens por exclusão	-12.391,61
(-) Ajuste do Exercício Desincorp. <sup>1</sup>	-9.462,07
(+) Ajuste do Exercício Incorp. <sup>1</sup>	1.045,03
<b>(=) Movimentação no exercício</b>	<b>-5.055.900,50</b>
<b>Saldo em 31.12.2023</b>	<b>59.001.819,39</b>

**Bens Imóveis:** A movimentação no período ocasionou o acréscimo de R\$ 1.662.822,29, sendo: R\$ 930.580,16 incorporado ao Patrimônio e R\$ 732.242,83 aguarda a conclusão das obras para a efetiva incorporação.

<b>Bens Imóveis - Mapa de Movimentação</b>	
<b>Saldo em 31.12.2022</b>	<b>85.808.121,10</b>
(+) Obras Incorporadas	930.580,16
(+) Obras a Incorporar	732.242,83
<b>(=) Movimentação no exercício</b>	<b>1.662.822,99</b>
<b>Saldo em 31.12.2023</b>	<b>87.470.944,09</b>

**Depreciação e Amortização Acumulada:**

<b>Total da Depreciação do Imobilizado</b>	
<b>Saldo em 31.12.2022</b>	<b>-29.777.882,49</b>
(+) Movimentação de Bens Móveis	-90.971,85
(-) Movimentação de Bens Imóveis	-2.084.848,86
<b>(=) Movimentação no exercício</b>	<b>-2.175.820,71</b>
<b>Saldo em 31.12.2023</b>	<b>-31.953.703,20</b>

**Depreciação de Bens Móveis:** A movimentação dessa conta, durante o exercício de 2023, acumulou o saldo de R\$ 90.971,85, como segue:

Depreciação de Bens Móveis - Mapa de Movimentação	
<b>Saldo em 31.12.2022</b>	<b>-21.309.360,59</b>
(-) Depreciação no sistema SAM	-3.354.415,95
(+) Reversão <sup>1</sup>	1.220.512,83
(+) Exclusão <sup>2</sup>	196.503,15
(-) Inclusão do Exercício	-21.474,90
(+) Conciliação Baixa <sup>3</sup>	5.463.194,54
(-) Conciliação Inclusão <sup>3</sup>	-3.595.291,52
<b>(=) Movimentação no exercício</b>	<b>-90.971,85</b>
<b>Saldo em 31.12.2023</b>	<b>-21.400.332,44</b>

<sup>1</sup> Reversão: é o valor complementar ao valor do bem, para a baixa por extravio/furto ou doação;

<sup>2</sup> Exclusão: é o valor complementar ao valor do bem, para a baixa de bens de terceiros;

<sup>3</sup> Ajustes da Conciliação (positivo e negativo) entre os valores constantes nos sistemas SAM e SIAFEM.

**Depreciação de Bens Imóveis:** A movimentação anual acumulou o saldo de R\$ 2.084.848,86, como segue:

Depreciação de Bens Imóveis - Mapa de Movimentação	
<b>Saldo em 31.12.2022</b>	<b>-8.468.521,90</b>
(-) Movimentação no exercício	-2.084.848,86
<b>Saldo em 31.12.2023</b>	<b>-10.553.370,76</b>

5.2.2.2. **Intangível:** trata-se da Concessão de Direito de Uso de Software mensurados pelo seu custo de aquisição ou desenvolvimento.

Intangível - Mapa de Movimentação			
Contas	Software	Depreciação	Total
<b>Saldo em 31.12.2022</b>	<b>194.809,10</b>	<b>-39.416,92</b>	<b>155.392,18</b>
(+) Aquisições	0	0	0
(-) Amortização	0	-28.382,12	-28.382,12
<b>(=) Movimentação no exercício</b>	<b>0</b>	<b>-28.382,12</b>	<b>-28.382,12</b>
<b>Saldo em 31.12.2023</b>	<b>194.809,10</b>	<b>-67.799,04</b>	<b>127.010,06</b>

**Passivo** compreende as obrigações existentes da entidade oriundas de eventos passados de cuja liquidação se espera que resulte em fluxo de saída de recursos que incorporem benefícios econômicos ou serviços em potencial.

<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>NE</b>	<b>Exercício Atual</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	5.2.3.	<b>27.837.857,84</b>
Obrigações Trabalhistas, Previd e Assist a Pagar a Curto Prazo	5.2.3.1.	5.325.321,13
Salário a Pagar (Rescisões - RP Processado)		24.062,18
Provisão de Férias e Encargos		4.427.919,39
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais (INSS)		873.339,56
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo (RP)	5.2.3.2.	19.130.763,34
Obrigações a Pagar – Restos a Pagar Processados do Exercício		19.041.427,28
Obrigações a Pagar – Restos a Pagar de Exercícios Anteriores		89.336,06
Demais Obrigações a Curto Prazo	5.2.3.3.	3.381.773,37
<b>PASSIVO NÃO-CIRCULANTE</b>	5.2.4.	<b>19.496.314,07</b>
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	5.2.4.1.	13.689.035,97
Provisões a Longo Prazo de Contingências Passivas	5.2.4.2.	3.734.083,08
Demais Obrigações a Longo Prazo	5.2.4.3.	2.073.195,02
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	5.2.5.	<b>142.033.117,48</b>
Patrimônio Social	5.2.5.1.	43.598.230,15
Resultados Acumulados	5.2.5.2.	98.434.887,33
Resultado do Exercício (Variação Patrimonial)		-6.828.102,62
Resultado de Exercícios Anteriores (Acumulado)		105.523.935,25
Ajustes de Exercícios Anteriores		-260.945,30
<b>TOTAL</b>		<b>189.367.289,39</b>

5.2.3. **Passivo Circulante** se compõe dos valores exigíveis até o final do exercício seguinte, relativos a Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo, Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo e Demais Obrigações a Curto Prazo.

5.2.3.1. Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo: salários (rescisões) a pagar, provisão para férias e encargos, e obrigações previdenciárias (INSS retido em dezembro);

5.2.3.2. Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo: restos a pagar processados do exercício e de exercícios anteriores; e



5.2.3.3. Demais Obrigações a Curto Prazo: consignações de INSS e IRRF, retenções de ISS, depósitos de caução e saldo de depósito no Banco Daycoval – conta Recursos do Restauo, correspondente ao contrato de concessão para realização de investimentos, conservação e exploração econômica do Caminhos do Mar.

5.2.4. **Passivo Não-Circulante** compreende os passivos exigíveis após doze meses da data das demonstrações contábeis, quais sejam: Fornecedores, Provisões e Demais Obrigações a Longo Prazo.

5.2.4.1. Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo: Provisão de Precatórios administrados pela Procuradoria Geral do Estado (PGE);

Observamos que a Fundação Florestal é parte integrante em questões de natureza trabalhistas, cujas chances de êxito, aliadas a mensuração das decisões e dos pagamentos efetuados nos últimos anos, foram avaliadas e classificadas pela Assessoria Jurídica como provável perda – após condenação no Tribunal Superior do Trabalho (TST), no valor estimado de R\$ 5.219.329,04. Entretanto, caso se concretizem, não haverá saída de caixa desta Fundação para o pagamento dessas ações, visto que tais ações serão convertidas em precatórios, nos termos da legislação.

5.2.4.2. Provisões a Longo Prazo: Provisão de Contingências Passivas para Ações Cíveis; e

5.2.4.3. Demais Obrigações a Longo Prazo: Provisão para ação judicial, movida pela empresa Teletra.

5.2.5. **Patrimônio Líquido** compreende o valor residual dos ativos e após a dedução de todos os passivos, no total de R\$ 142.033.117,48.

5.2.5.1. Patrimônio Social: R\$ 43.598.230,15; e

5.2.5.2. Resultados Acumulados: R\$ 98.434.887,33, sendo: R\$ (6.828.102,62) Resultado do Exercício, R\$ 105.523.935,25 Resultado de Exercícios Anteriores e R\$ (260.945,30) Ajustes de Exercícios Anteriores – em razão das baixas de Bloqueios Judiciais (R\$ 153.449,60) e de Depósitos Judiciais (R\$ 86.611,43), Pagamento de Despesas de Exercícios Anteriores (R\$ 86.611,43) e o Cancelamento de Restos a Pagar por prescrição de 5 anos (R\$ 47.746,88).

### 5.3. Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

Este quadro apresenta os grupos de contas dos ativos e passivos financeiros e permanentes e saldo patrimonial, de acordo com o artigo 105 da Lei nº 4.320/64.

5.3.1. **Ativo Financeiro** composto as contas representativas de disponibilidades, ou seja, créditos em disponíveis e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários, em curto prazo.

5.3.2. **Ativo Permanente** compreende todos os valores fixos, como bens móveis e imóveis, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

5.3.3. **Passivo Financeiro** é representado pelas dívidas flutuantes e outros compromissos exigíveis a curto prazo, cujo pagamento independa de autorização orçamentária, como os restos a pagar, os serviços da dívida a pagar, os depósitos e os débitos de tesouraria (operações de crédito por antecipação de receita).

5.3.4. **Passivo Permanente** compreende as dívidas fundadas e outras, a longo prazo, que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES	
<b>ATIVO (I)</b>	
Ativo Financeiro	74.491.324,26
Ativo Permanente	114.875.965,13
<b>Total do Ativo</b>	<b>189.367.289,39</b>
<b>PASSIVO (II)</b>	
Passivo Financeiro	23.891.773,90
Passivo Permanente	23.924.233,46
<b>Total do Passivo</b>	<b>47.816.007,36</b>
<b>SALDO PATRIMONIAL (III) = (I – II)</b>	<b>141.551.282,03</b>

#### 5.4. Contas de Compensação

O quadro apresenta os atos potenciais do ativo e do passivo a executar, que potencialmente podem afetar o patrimônio da Instituição (possui a função específica de controle contábil dos direitos e obrigações – bens, valores, obrigações, cauções, convênios, contratos, dentre outros atos administrativos). Os valores dos ativos potenciais já executados não devem ser considerados.

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO	
<b>ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>	
Direitos Conveniados e outros instrumentos	Exerc. Atual 0,00
<b>Total dos Atos Potenciais Ativos</b>	<b>0,00</b>
<b>ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>	
Obrigações Contratuais	-388.431.299,85
<b>Total dos Atos Potenciais Passivos</b>	<b>-388.431.299,85</b>

Contas	Exerc. Atual
<b>Contratos de Seguros</b>	<b>708.133,81</b>
A Executar	4.970,57
Executados	703.163,24
<b>Contratos de Serviços</b>	<b>351.190.470,75</b>
A Executar	50.998.136,10
Executados	300.192.334,65
<b>Contratos de Aluguéis</b>	<b>10.800,00</b>
A Executar	7.200,00
Executados	3.600,00
<b>Contratos Fornecimento de Bens</b>	<b>36.521.895,29</b>
A Executar	2.967.979,75
Executados	33.553.915,54
<b>Execução de Obrigações</b>	<b>388.431.299,85</b>

### 5.5. Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

Apresenta o superávit ou déficit financeiro, apurado na forma do artigo 43 da Lei nº 4.320/1964.

É elaborado com as informações da conta contábil 821.11.01.01 – Disponibilidades Financeiras, segregado por fonte/destinação de recursos e permite a análise coletiva ou individualizada, especialmente dos recursos com que possuem destinações específicas.

Na composição dos recursos, poderão ser apresentadas algumas fontes com déficit e outras com superávit financeiro, de modo que o total seja igual ao superávit ou déficit financeiro apurado pela diferença entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, conforme o Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes (item 5.3.).

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	Exercício Atual
<b>ORDINÁRIA</b>	<b>8.974.680,21</b>
Tesouro do Estado	-2.832.887,22
Recursos Próprios	11.807.567,43
<b>VINCULADA</b>	<b>41.624.870,15</b>
Operações de Crédito	-
Outras Destinações de Recursos	41.624.870,15
<b>TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS</b>	<b>50.599.550,36</b>

Destacamos que a variação de R\$ 2.451.653,03, entre o superávit do exercício anterior de R\$ 48.147.897,3 e o atual de R\$ 50.599.550,36, se deve a movimentação de receitas e despesas do exercício com destaque para o incremento nos recursos de compensações ambientais, conforme detalhamento a seguir:

<b>DESTINAÇÃO DE RECURSOS</b>	<b>Exerc Atual</b>	<b>Exerc Anterior</b>
<b>ORDINÁRIA</b>	<b>8.974.680,21</b>	<b>1.316.410,40</b>
<b>TESOURO DO ESTADO</b>	<b>(2.832.887,22)</b>	<b>(2.924.416,90)</b>
<b>RECURSOS PRÓPRIOS</b>	<b>11.807.567,43</b>	<b>4.240.827,30</b>
FUNDAÇÃO FLORESTAL	264.663,22	443.106,67
COMP AMB-DIVERSOS INSTRUMENTOS	10.704.495,57	2.690.812,39
CCA	761.449,42	1.158.442,69
DREM	77.582,93	19.609,96
TESOURO SUPERAVIT	-	(78.487,91)
SUPERAVIT FINANCEIRO-REC PRÓPRIOS	(15.200,00)	(6.900,00)
COMP AMB - DIVERSOS INSTRUMENTOS	14.576,29	14.243,50
<b>VINCULADA</b>	<b>41.624.870,15</b>	<b>46.831.486,93</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO/BID - Fonte 7</b>	<b>-</b>	<b>2.544.322,89</b>
BID/SERRA DO MAR	-	2.830.385,34
BID/SERRA DO MAR - Superávit Financeiro	-	(286.062,45)
<b>OUTRAS DESTINAÇÕES VINCULADAS - Fonte 4</b>	<b>41.624.870,15</b>	<b>44.287.164,04</b>
AUTOBAN	11.142.663,77	10.194.696,59
CESP	6.187.341,23	6.264.205,45
DERSA	10.261.983,30	9.486.202,12
ECOVIAS	6.703.558,02	12.861.591,50
PETROBRAS	3.332.436,25	3.193.988,30
CIA BRAS ALUMÍNIO	35.551,63	32.241,00
DAEE - APA PIRACICABA/JUQ	1.248.263,17	1.439.995,90
BRASKEM	290.307,64	357.344,35
C89/22 FEHIDRO REST.ECOL.MICROB.C	368.694,00	-
TRANSITORIA PARA RECLASSIFICAÇÃO	-	68.631,15
FED/FPBRN-COMP.AMBIENTAL	-	(0,01)
CESP - Superávit Financeiro	(235.041,46)	(320.670,43)
COMP AMB-F.FLORESTAL/ECOVIAS-SUP	(997.787,21)	(1.376.723,84)
DAEE - APA PIRACIC./JUQUERI	(44.686,12)	(36.093,67)
BRASKEM	(51.220,34)	-
FED/FPBRN-COMP.AMBIENTAL	(4.840.221,89)	(0,01)
TAXA AMBIENTAL-INTRA-CETESB	8.223.028,16	2.121.755,64
<b>TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS</b>	<b>50.599.550,36</b>	<b>48.147.897,33</b>





## 6. Demonstração das Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício.

O resultado patrimonial do exercício é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas e compõe o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial do exercício.

Este Demonstrativo tem função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado. Contudo, é importante ressaltar que a DRE apura o resultado em termos de lucro ou prejuízo líquido, como um dos principais indicadores de desempenho da entidade. Enquanto que no setor público, o resultado patrimonial não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais. A DVP permite a análise de como as políticas adotadas provocaram alterações no patrimônio público, considerando-se a finalidade de atender às demandas da sociedade.

As Variações Patrimoniais devem ser reconhecidas pelo Regime de Competência Patrimonial, visando garantir tempestivamente o reconhecimento de todos os ativos e passivos das entidades públicas, conduzir a contabilidade pública vigente aos padrões internacionais e ampliar a transparência sobre as contas públicas atendendo às demandas da Sociedade.

Como as variações patrimoniais qualitativas são decorrentes de transações que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio, apresentamos de forma separada:

25



<b>Exercício atual</b>	
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS</b>	
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>237.725.500,47</b>
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>	<b>130.432.649,88</b>
Venda de Mercadorias	115.727.686,28
Venda de madeira e resina	48.249.675,89
Extração de produtos e subprodutos florestais (NF emitidas de madeira e resina)	67.477.408,14
Recebimento por Doação – SAM/Patrimônio	602,25
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	14.704.963,60
Gestão das unidades de conservação com a cessão de espaço físico para antenas, linhões, captação de imagens, eventos e lojas e restaurantes	1.831.869,94
Outorga por concessão de espaço PE Campos do Jordão e Caminhos do Mar	129.265,06
Serviços na gestão de UCs: ingressos, hospedagens, rafting, entre outras	1.549.104,80
Compensações Ambientais: Convênios, TCCAs e outros	11.194.723,80
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>	<b>7.018.774,58</b>
Rendimentos de Aplicações Financeiras de recursos da Fundação, de Convênios, da CCA e do Programa Serra do Mar	7.018.774,58
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>	<b>42.089.886,34</b>
Transferências Intragovernamentais	40.994.940,66
Transferências Intra da CCA à FF para Custeio	40.073.652,80
Transferências Intra da CCA à FF para Investimentos	732.242,83
Incorporações de Bens por Doação e Outras Inclusões	189.045,03
Outras Transferências e Delegações (FECOP/PE Rio do Peixe)	1.094.945,68
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>58.184.189,67</b>
Reversão de Provisões de Férias e de 13º Salário	3.308.650,80
Baixa de Provisão de Férias e de 13º Salário	2.977.169,55
Baixa de Depreciação (reversão de ajuste positivo)	331.481,25
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	54.875.538,87
Correspondência de Débitos Internos (Anexo 13)	459.225.242,97
Diversas variações patrimoniais a débito	17.862.759,67
Correspondência de Créditos Internos (Anexo 13)	-407.269.387,85
Diversas variações patrimoniais a crédito	-10.086.984,15
Transferência de recursos financeiros ao IPA	-4.856.091,77



<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>-244.553.603,09</b>
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>-42.352.803,99</b>
Folha Salarial	-32.618.494,74
Encargos (INSS, FGTS e SP-Prevcon)	-9.432.450,98
Rescisões contratuais	-301.858,27
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>	<b>-2.371,97</b>
Auxílio creche	-2.371,97
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>	<b>-128.828.871,06</b>
<u>Consumo</u> : combustíveis e materiais de consumo; e	
<u>Transportes</u> : passagens aéreas, locação de veículos e aeronave, vale-transporte e demais despesas de transportes	-5.606.631,88
<u>Serviços</u> : diárias, utilidade pública e serviços de vigilância, portaria, limpeza, monitoria ambiental, benefícios (assistência médica e bilhete-refeição), manutenção de prédios, veículos, embarcações, aeronave e equipamentos e demais serviços necessários à gestão das unidades de conservação.	-113.992.655,97
Depreciação, amortização e exaustão	-9.229.583,21
Depreciação de Bens Móveis	-7.116.352,23
Depreciação de Bens Imóveis	-2.084.848,86
Amortização de Intangível	-28.382,12
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>	<b>-</b>
Transferências Concedidas de Bens Móveis	-
<b>Desvalorização e Perda de Ativos</b>	<b>-1.896.135,83</b>
Perdas Involuntárias de bens por extravio, sinistro e doação inservíveis	-1.367.351,68
Desincorporação de Ativos (Baixa por Doação)	-528.784,15
<b>Tributárias</b>	<b>-67.921,51</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria (água e cadastro INCRA)	-4.253,82
Contribuições – PASEP e COFINS	-63.667,69
<b>Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos</b>	<b>-67.477.408,14</b>
Custo das Mercadorias Vendidas (CMV) - madeira e resina	-67.477.408,14
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutiva</b>	<b>-3.928.090,59</b>
Provisões de Férias	-1.497.276,93
Provisões de 13º Salário	-2.430.813,66
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO</b>	<b>-6.828.102,62</b>

Destacamos que a Fundação Florestal – unidade orçamentária vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Infraestrutura do Governo do Estado de São Paulo, no registro de seus recebimentos e despesas, rotineiramente, segue a parametrização dos Eventos de Contabilização e respectivo Plano de Contas do Sistema SIAFEM.

Neste sentido, justificamos que os **repasses do Tesouro** efetuados pela Secretaria da Fazenda e Planejamento para a Fundação Florestal, **embora não estejam lançados nas Transferências e Delegações Financeiras Recebidas**, conforme prevê a 9ª Edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, **estão contabilizados em Outras Variações Patrimoniais Aumentativas** da Demonstração de Variações Patrimoniais, de forma que não há impacto no resultado do exercício ou distorção em relação à contabilização do Patrimônio Líquido da Fundação, como consta no quadro das Variações Patrimoniais Aumentativas e detalhadas nos Recebimentos Extraorçamentários e Resumo do Anexo 13 do Balanço Financeiro (página 14) e resumo abaixo:

Correspondência de Débitos Internos (Anexo 13)	459.225.242,97
Correspondência de Créditos Internos (Anexo 13)	-407.269.387,85
<b>(=) Total das Transferências Financeiras Recebidas do Tesouro</b>	<b>51.955.855,12</b>

Acrescentamos que, em 2021, a Fundação Florestal consultou a Contadoria Geral do Estado – Secretaria da Fazenda e Planejamento sobre a contabilização dos repasses financeiros do Tesouro com outros eventos que possam classificá-los como Transferências e Delegações Recebidas, e recebemos o seguinte esclarecimento:

*“Esclarecemos a Fundação Florestal para fins de transmissão ao TCE que o procedimento adotado pelo Estado para o registro das transferências financeiras de recursos do tesouro do Estado às demais entidades da administração indireta estão parametrizados no sistema SIAFEM e vinculados aos registros efetuados na Fundação Florestal à conta contábil 499920101 - Correspondência de Débitos Internos; e que a previsão de alteração nas rotinas contábeis no sistema SIAFEM para ajuste das parametrizações relativas à correção das contas em conformidade com o Plano de Contas Estendido da Secretaria do Tesouro Nacional será realizado dentro do projeto SIAFG3 e somente estará disponível a partir do Balanço de 2023, visto que neste trabalho serão tratados os ajustes de todos os roteiros e contas contábeis no sistema SIAFEM. Desta forma nos exercícios de 2021 e 2022 continuarão sendo realizados os registros conforme a parametrização atual.*

Em 2024, efetuamos nova consulta à Contadoria Geral do Estado quanto a alteração do procedimento adotado pelo Estado para o registro das transferências financeiras de recursos do Tesouro do Estado às demais entidades da administração indireta, em 2023, e recebemos a informação seguir:

*Os trabalhos de adequação ao plano de contas estendido da Federação, instituídos pela STN, e em desenvolvimento pela consultoria contratada Dimensão encontram-se em fase de execução ainda até novembro de 2024. Foram priorizadas a execução de outras questões relacionadas a matriz de saldos contábeis exigidas pela STN e relacionadas a qualidade da informação contábil em detrimento do avanço com as adequações do plano de contas estendido, dessa forma neste exercício de 2024 avançaremos para os demais temas das contas contábeis e roteiros conforme previsto em contrato com a empresa Dimensão.*

## 7. Demonstração dos Fluxos de Caixa

A demonstração dos fluxos de caixa permite a análise da capacidade da entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades, como segue:

7.1. **Receitas:** fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa;

7.2. **Desembolsos:** são as despesas de pessoal, custeio e de investimentos, pagas durante o período das demonstrações contábeis, ou seja, aquelas empenhadas e pagas no exercício, bem como o pagamento daquelas de inscritas em restos a pagar; e

7.3. **Saldo de caixa** na data das demonstrações contábeis.

A informação dos fluxos de caixa permite aos usuários avaliar como a entidade do setor público obteve recursos para financiar suas atividades e a maneira como os recursos de caixa foram utilizados.

Essas informações são úteis para fornecer aos usuários das demonstrações contábeis informações para prestação de contas e responsabilização (*accountability*) e tomada de decisão.

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	Exerc. Atual
<b>TOTAL DE INGRESSOS (I)</b>	<b>175.095.915,20</b>
<b>Receitas Derivadas e Originárias</b>	<b>119.086.772,23</b>
Receita Patrimonial	1.961.135,00
Receita Agropecuária	48.249.675,89
Receita de Serviços	52.817.481,40
Remuneração das Disponibilidades	7.018.774,58
Outras Receitas Derivadas/Originárias	9.039.705,36
<b>Transferências Correntes</b>	<b>1.093.600,00</b>
Outras Transferências Recebidas – FECOP/Restauração do Rio do Peixe	1.093.600,00
<b>Outros Ingressos Operacionais</b>	<b>54.915.542,97</b>
Transferências Financeiras Recebidas do Tesouro (Anexo 13 – Bal Financ)	51.955.855,12
Variação Extraorçamentária (Anexo 13)	2.860.830,97
Transferências Financeiras - Anexo 13-Baixa de Depósitos Judiciais	-68.631,15
Variação em Depósitos Restituíveis (baixa de valores de bloqueios judiciais)	167.488,03

<b>TOTAL DE DESEMBOLSOS (II)</b>			<b>169.808.092,76</b>
<b>Desembolsos (II)</b>	<b>Pagos em 2023</b>	<b>Pagos de RP 2022</b>	
<b>Pessoal e demais Despesas</b>	143.531.334,46	21.420.666,53	<b>164.952.000,99</b>
Pessoal	41.527.702,62	827.181,98	42.354.884,60
Custeio	102.003.631,84	20.593.484,55	122.597.116,39
<b>Transferências Concedidas ao IPA</b>			<b>4.856.091,77</b>
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO ATIV. OPERACIONAIS (III = I – II)</b>			<b>5.287.822,44</b>

<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS (IV)</b>			<b>5.390.402,13</b>
<b>Desembolsos</b>	<b>Pagos de 2023</b>	<b>Pagos de RP 2022</b>	
<b>Aquisição de Ativo Não-Circulante</b>	1.832.376,83	3.558.025,30	<b>5.390.402,13</b>

<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA (V = III - IV)</b>			<b>-102.579,69</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial (01.01.2023)			74.584.659,45
Caixa e Equivalentes de Caixa Final (31.12.2023)			74.482.079,76

## 8. Demonstração das Mutações do Patrimônio Social

A Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido – DMPL é destinada a evidenciar, em determinado período, a movimentação (aumento ou redução) das contas que integram o Patrimônio da Entidade.

Contas – Especificações	Patrimônio Social	Superávit do Exercício	Total
<b>SalDOS em 01.01.2022</b>	<b>43.598.230,15</b>	<b>118.967.248,84</b>	<b>162.565.478,99</b>
Superávit do Exercício	0	-16.937.252,74	-16.937.252,74
Ajustes de Exercícios Anteriores	0	3.493.939,15	3.493.939,15
<b>SalDOS em 31.12.2022</b>	<b>43.598.230,15</b>	<b>105.523.935,25</b>	<b>149.122.165,40</b>
Déficit do Exercício	0	-6.828.102,62	-6.828.102,62
Ajustes de Exercícios Anteriores	0	-260.945,30	-260.945,30
<b>SalDOS em 31.12.2023</b>	<b>43.598.230,15</b>	<b>98.434.887,33</b>	<b>142.033.117,48</b>

Entre os itens demonstrados no Patrimônio Líquido de R\$ 142.033.117,48, em 31.12.2023, destacamos o Patrimônio Social de R\$ 43.598.230,15 e os Resultados Acumulados de R\$ 98.434.887,33, sendo que o Déficit de R\$ 6.828.102,62, se refere ao Resultado do Exercício e o valor de R\$ 260.945,30 aos Ajustes de Exercícios Anteriores: baixas de Bloqueios Judiciais (R\$ 153.449,60) e de Depósitos Judiciais (R\$ 86.611,43), Pagamento de Despesas de Exercícios Anteriores (R\$ 86.611,43) e o Cancelamento de Restos a Pagar por prescrição de 5 anos (R\$ 47.746,88).

## 9. Imposto de Renda

A Fundação Florestal é uma Entidade sem fins lucrativos sendo beneficiada com imunidade tributária do Imposto de Renda e aos serviços vinculados às suas atividades essenciais ou às delas decorrentes, em conformidade com o que dispõe o Art. 150, Inciso VI, § 2º da Constituição Federal.

## 10. Eventos Subsequentes

Até a data do fechamento das demonstrações contábeis, destacamos a ausência que qualquer evento subsequente que possa gerar efeitos econômicos para o presente exercício.

**MÁRIO DO AMARAL ALVES**  
Contador – CRC - 1 SP079721/O-9

**ISAIAS JOSÉ DE OLIVEIRA FILHO**  
Gerente Financeiro

**NANCI CORTAZZO MENDES GALUZIO**  
Diretora Administrativa e Financeira

**RODRIGO LEVKOVICZ**  
Diretor Executivo





# Assinaturas do documento



## "A. Notas Explicativas"

Código para verificação: **1PP9LU1Z**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ **RODRIGO LEVKOVICZ** (CPF: 295.XXX.718-XX) em 19/08/2024 às 12:00:15 (GMT-03:00)  
Emitido por: "e-ambiente", emitido em 27/05/2022 - 14:15:34 e válido até 27/05/2122 - 14:15:34.  
(Assinatura do sistema)
- ✓ **MARIO DO AMARAL ALVES** (CPF: 312.XXX.608-XX) em 19/08/2024 às 10:44:12 (GMT-03:00)  
Emitido por: "e-ambiente", emitido em 30/05/2022 - 15:29:12 e válido até 30/05/2122 - 15:29:12.  
(Assinatura do sistema)
- ✓ **ISAIAS JOSE DE OLIVEIRA FILHO** (CPF: 047.XXX.378-XX) em 19/08/2024 às 10:37:37 (GMT-03:00)  
Emitido por: "e-ambiente", emitido em 27/05/2022 - 10:32:34 e válido até 27/05/2122 - 10:32:34.  
(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link

<https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/conferenciaDocumentos> e informe o processo **FF.007390/2022-19** e o código **1PP9LU1Z** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.